

# Neoliberalismo e efeito adverso. A reação populista nas Américas: os casos de Trump, Bolsonaro e Bukele

Neoliberalism and adverse effect. The populist reaction in the Americas: the cases of Trump, Bolsonaro and Bukele

Neoliberalismo y efecto adverso. La reacción populista en las Américas: los casos de Trump, Bolsonaro y Bukele

Recebido em 19-10-2021

Modificado em 13-01-2022

Aceito para publicação em 22-01-2022

235

 <https://doi.org/10.47456/simbitica.v9i2.39254>

---

 **Darlan da Silva Ferreira**

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil. Mestrando em Sociologia Política pela Universidade Vila Velha, Brasil. E-mail: [darlanferreir@gmail.com](mailto:darlanferreir@gmail.com)

---

## Resumo

O presente ensaio busca destacar como o autoritarismo está de “mãos dadas” com o neoliberalismo com o objetivo de rebaixar a democracia. Nesse sentido, pretende estabelecer uma relação entre a chegada ao poder de líderes de direita nas Américas através da apropriação de discursos populistas como ferramenta de engajamento dos eleitorados, os quais ávidos por mudanças, passam a confiar em retórica salvacionista em decorrência dos efeitos do neoliberalismo. Para tanto, buscou-se evidenciar a eleição de Donald Trump, Jair Bolsonaro e Nayib Bukele, apontando semelhanças entre estes personagens, como os discursos salvacionistas apresentando-os como antissistema e representantes do povo contra a “velha política” e “os inimigos da nação”; a utilização massiva das redes sociais; a combinação neoliberalismo e autoritarismo, que tanto fragiliza as políticas sociais e a democracia.

Palavras-Chave: Neoliberalismo; autoritarismo; democracia; populismo.

---



## Neoliberalismo e efeito adverso

A década de 1930 foi marcada pelos efeitos da “Crise de 1929” – causada, principalmente, pela superprodução e especulação financeira. Conhecida também como “Grande Depressão”, teve início nos Estados Unidos e impactou diretamente diversos países ao redor do mundo, causando inúmeras falências de empresas e forte desemprego, o que ajudou a fortalecer o nazifascismo na Europa, culminando com o outro marco da década de 1930, que foi o início da Segunda Guerra Mundial em 1939.

No campo econômico, acadêmicos debruçavam-se sobre como superar a “Grande Depressão” que abalava a teoria do “Liberalismo Econômico”. A “Escola Austríaca” de pensamento econômico e a “Escola de Chicago” ganharam destaque no cenário mundial como uma “terceira via” econômica, ao proporem, ao menos teoricamente, o desenvolvimento econômico e o bem-estar do homem através do livre mercado, da livre iniciativa, da liberdade individual, da livre escolha, da propriedade privada e do livre comércio.

Embora a liberdade seja ponto central na teoria neoliberal, na prática, o neoliberalismo foi inicialmente implementado no Chile em 1973, quando um golpe militar deu início a uma ditadura liderada por Augusto Pinochet. Foi através dela que o Chile serviu de “laboratório” para a teoria neoliberal, o que provou haver um distanciamento entre a teoria e a prática, principalmente no que concerne às liberdades individuais preconizadas pelo neoliberalismo.

Seja através de golpe militar, como ocorreu no Chile, ou golpes de Estado utilizando as instituições democráticas, como os que ocorreram na Grécia em 2015 e no Brasil em 2016, para o neoliberalismo, a democracia passa a ser rebaixada à uma ferramenta acessória de controle, e ainda, passa a ser um efeito adverso para o neoliberalismo, tendo em vista que a liberdade democrática fortalece a soberania popular para contestar o autoritarismo e as políticas neoliberais, como, por exemplo, foram os protestos dos indignados que ocorreram na chamada “Primavera Árabe” e no movimento “*Occupy Wall Street*”, após a crise global de 2008.

## Neoliberalismo

O neoliberalismo, tanto como doutrina econômica ou ideologia política quanto arte liberal de governar, nasceu nos anos finais da Segunda Guerra Mundial. Dardot e Laval (2016) defendem que “o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados”.

Um marco deste nascimento foi a publicação da obra “A Caminho da Servidão” de Friedrich August Von Hayek, e as obras de Ludwig Heinrich Edler von Mises, que, dentre outros, colocaram a “Escola Austríaca” e o pensamento econômico neoliberal em evidência no cenário europeu e mundial, juntamente com a “Escola econômica de Chicago”, nos Estados Unidos, tendo Milton Friedman como um de seus principais expoentes.

Visando escapar da economia planificada e do liberalismo clássico, o neoliberalismo não pode ser entendido como uma continuidade do “primeiro liberalismo”. Neste sentido, Dardot e Laval (2016) elucidam que:

O primeiro liberalismo, aquele que toma corpo no século XVIII, caracteriza-se pela elaboração da questão dos *limites* do governo. O governo liberal é enquadrado por “leis”, mais ou menos conjugadas: leis naturais que fazem do homem o que ele é “naturalmente” e devem servir de marco para a ação pública; leis econômicas, igualmente “naturais”, que devem circunscrever e regular a decisão política (Dardot e Laval, 2016:33).

Não obstante a Grande Depressão de 1929 ganhe destaque na literatura como um marco da crise do capitalismo, no século anterior o liberalismo clássico já não conseguia dar conta das mudanças provocadas pelo desenvolvimento industrial (modernização empresarial, monopólios, oligopólios, cartelização, entre outros), crescimento urbano e demandas sociais (com destaque para os movimentos operários). Os dogmas do liberalismo já não eram unanimidade, nem mesmo entre os liberais. “O período de crises múltiplas gerava uma ampla desconfiança em relação a uma doutrina econômica que pregava liberdade total aos atores do mercado. O *Laissez-faire* foi considerado ultrapassado, até mesmo no campo dos que reivindicavam o liberalismo” (Dardot e Laval, 2016:57). Aliás, quanto a isso os autores explicam que:

Essa dilaceração que reduz a unidade do liberalismo a um simples mito retroativo constitui propriamente essa longa “crise do liberalismo” que vai dos anos 1880 aos anos 1930 e que pouco a pouco vê a revisão dos dogmas em todos os países industrializados onde os reformistas sociais ganham terreno. Essa revisão, que às vezes parece conciliar-se com as ideias socialistas sobre a direção da economia, forma o contexto intelectual e político do nascimento do neoliberalismo na primeira metade do século XX (Dardot e Laval 2016:38).

A intervenção do Estado na economia e na sociedade se fazia cada vez mais necessária frente às sucessivas crises do liberalismo, que, além de provocá-las não conseguia explicá-las e, muito menos, superá-las. “O Estado parecia o único em condições de recuperar uma situação econômica e social dramática” (Dardot e Laval, 2016:57), entretanto, mesmo diante deste contexto, para os defensores do liberalismo a intervenção estatal não poderia ser como o proposto pelo socialismo. “O ‘novo liberalismo’ repousa sobre a constatação da incapacidade dos dogmas liberais de definir novos limites para a intervenção governamental” (Dardot e Laval, 2016:58). Este “novo liberalismo” – que vem primeiro e não deve ser confundido com o

“neoliberalismo”, que vem depois – surge como uma reação ao socialismo que cada vez mais aparecia como um sucessor da fracassada arte liberal de governar. A obra de John Maynard Keynes de 1926, apenas pelo título já diz muito sobre o contexto da época, intitulada de “*O fim do Laissez-Faire*”. Sobre isso, Dardot e Laval (2016) citam que:

O “novo liberalismo”, do qual uma das expressões tardias e mais elaboradas no plano da teoria econômica foi a de Keynes, consistiu em reexaminar o conjunto dos meios jurídicos, morais, políticos, econômicos e sociais que permitiam a realização de uma “sociedade de liberdade individual”, em proveito de todos (Dardot e Laval, 2016:68).

O neoliberalismo, que veio mais tarde, rompe com o “naturalismo” do liberalismo clássico (leis naturais; homem “naturalmente” o que é; leis econômicas naturais) e “reconhece que a ordem de mercado não é um dado da natureza, mas um produto artificial de uma história e de uma construção política” (Dardot e Laval, 2016:70), e neste sentido, a concorrência passa a ser elemento central. Alternativamente ao “novo liberalismo”, o neoliberalismo admite a intervenção estatal, desde que as ações sejam centradas para fomento da rivalidade e da concorrência em todas as esferas sociais (individuais, coletivas, empresariais, etc.): “O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (Dardot e Laval, 2016:17).

Esta nova fase liberal, o neoliberalismo, aparece como crítico das políticas dos ‘socialistas-democratas’, as quais baseadas no estado de bem-estar social, são apontadas pelos liberais como causadoras de hiperinflação e estagnação econômica. “No fundo, se o ‘compromisso social-democrata’ era sinônimo de intervencionismo do Estado, o ‘compromisso neoliberal’ era sinônimo de livre mercado” (Dardot e Laval, 2016:191).

Para defender o livre mercado e a livre concorrência faz parte da estratégia neoliberal defender um Estado forte, não mais um Estado intervencionista para garantir o bem-estar social, mas um Estado garantidor das regras de concorrência submetido aos interesses dos grandes grupos empresariais, promotor das lógicas de mercado em todas as esferas sociais. Para tanto, o autoritarismo passa a ser compatível com a estratégia neoliberal, pois através dele o Estado ganha força para deslocar o eixo do poder, do povo ao capital neoliberal, e consegue rebaixar a democracia, enfraquecer os movimentos democráticos e a representatividade popular.

Na década de 1970, o neoliberalismo começou a ser implementado na América do Sul, na Europa e posteriormente nos Estados Unidos. Em 1973, no Chile, a ascensão de Augusto Pinochet ao poder - após um golpe militar que derrubou o então presidente Salvador Allende -

“permitiu a criação, com os *Chicago Boys*<sup>1</sup>, de um verdadeiro laboratório do neoliberalismo – Margaret Thatcher<sup>2</sup> e Ronald Reagan<sup>3</sup> só precisaram reutilizar a mesma receita alguns anos depois.” (Fassin, 2019:39). “Estudos marxistas mostraram que as políticas neoliberais implementadas através do reaganismo, do thatcherismo e do (pós-)Consenso de Washington são, em grande medida, inspiradas pela Escola de Chicago” (Saad Filho, 2015:62).

Sobre o neoliberalismo, Harvey (2008) explica que:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas políticas-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas (Harvey, 2008:12).

Friedman (2015:11) expõe que “o governo é necessário para preservar nossa liberdade, é um instrumento por meio do qual podemos exercer nossa liberdade; entretanto, pelo fato de concentrar poder em mãos políticas, ele é também uma ameaça à liberdade”. O autor ainda ressalta que:

Primeiro, o objetivo do governo deve ser limitado. Sua principal função deve ser a de proteger nossa liberdade contra inimigos externos e contra nossos compatriotas; preservar a lei e a ordem; reforçar os contratos privados; promover mercados competitivos (Friedman, 2015:12).

239

Outra explicação neste mesmo sentido é a de Mises (2010) que presume que:

Alguém tem de estar em condições de exigir da pessoa que não respeita a vida, a saúde, a liberdade pessoal ou a propriedade privada de outros, que obedeça às regras da vida em sociedade. É esta a função que a doutrina liberal atribui ao estado: a proteção à propriedade, a liberdade e a paz (Mises, 2010:65).

A liberdade de escolha é um ponto fundamental na teoria neoliberal, pois, é esta liberdade que difere os regimes totalitários dos democráticos. De acordo com Hayek (1990:18) “o primeiro subordina todos os desejos e todas as preferências individuais às exigências do Estado. Com esse objetivo, emprega vários métodos de coerção sobre o indivíduo, privando-o da liberdade de escolha”. Não obstante, Hayek (1990) ainda enfatiza que:

[...] em tempos normais o povo de um país democrático não transferirá para o governo sua liberdade de escolha. Um governo democrático deve, portanto, conduzir o planejamento econômico de modo a preservar ao máximo a liberdade de escolha de cada cidadão (Hayek, 1990:18).

---

<sup>1</sup> Grupo de economistas neoliberais representantes da Escola de Chicago, que formularam as políticas econômicas da ditadura do general Augusto Pinochet, no Chile.

<sup>2</sup> Eleita primeira-ministra na Grã-Bretanha em 1979, adotou o neoliberalismo como política econômica.

<sup>3</sup> Eleito presidente dos Estados Unidos em 1980, adotou o neoliberalismo como política econômica.

É intrigante observar que embora Hayek enfatize a democracia como regime político garantidor das liberdades individuais, ou ainda que Mises e Friedman tenham detalhado que o governo tem como principal função proteger a liberdade, o primeiro laboratório neoliberal se deu no Chile, a partir de 1973, após um golpe militar que resultou na instalação de uma ditadura liderada por Augusto Pinochet, tendo sido implementado na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos poucos anos mais tarde através de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, respectivamente. Conforme expõe Harvey (2008):

O golpe contra o governo democraticamente eleito de Salvador Allende foi patrocinado por elites de negócios chilenas ameaçadas pela tendência de Allende para o socialismo. Foi apoiado por corporações dos Estados Unidos, pela CIA e pelo secretário de Estado Henry Kissinger. Reprimiu com violência todos os movimentos sociais e organizações de esquerda e desmontou todas as formas de organização popular (como centros comunitários dos bairros pobres). O mercado de trabalho foi “liberado” de restrições regulatórias ou institucionais (o poder sindical, por exemplo)” (Harvey, 2008:17).

Nesta relação entre liberalismo e democracia, uma questão persiste, ou melhor, uma indagação: a democracia – desde o laboratório chileno e percorrendo alguns fatos históricos mais contemporâneos – é condição *sine qua non* para o estabelecimento do neoliberalismo? Em entrevista concedida em 1981 ao jornal chileno *El Mercurio*<sup>4</sup>, o próprio Hayek discorreu sobre a relação entre neoliberalismo e democracia.

240

Eu diria que, enquanto instituição de longo termo, sou totalmente contra ditaduras. Mas uma ditadura pode ser um sistema necessário durante um período de transição. Às vezes, é necessário para um país ter, durante certo tempo, uma forma de poder ditatorial. Como vocês sabem, é possível para um ditador governar de maneira liberal. E é possível que uma democracia governe com uma falta total de liberalismo. Pessoalmente, prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo.

Assim, diante dessa justificativa de Hayek para adesão a uma espécie de ditadura orientada pelo neoliberalismo, conforme ocorreu no Chile, Brown (2019) sustenta que:

Acima de tudo, argumenta Hayek, a democracia e o liberalismo têm opostos radicalmente diferentes. O oposto da democracia é o autoritarismo, poder político concentrado, mas não necessariamente ilimitado, o oposto do liberalismo é o totalitarismo, controle total de todos os aspectos da vida. Isso faz com que o autoritarismo seja compatível com uma sociedade liberal – com a liberdade, a moral tradicional, uma esfera privada protegida. E o totalitarismo pode ser engendrado e administrado por maiorias democráticas. Se tanto a democracia totalitária quanto o liberalismo autoritário são possibilidades lógicas e até mesmo históricas, torna-se razoável para Hayek unir-se aos seus companheiros neoliberais no aceite da legitimidade do autoritarismo na transição para o liberalismo, justificando assim um Pinochet ou Bremer e os golpes que os empossaram (Brown, 2019:88).

---

<sup>4</sup> “El Mercurio” (pp. D8-D9), 12-april-1981, Santiago de Chile. Acesso em: 30 mai. 2021. Disponível em: <https://puntodevistaeconomico.com/2016/12/21/extracts-from-an-interview-with-friedrich-von-hayek-el-mercurio-chile-1981/>. Entrevista concedida no idioma inglês e traduzida para o idioma português.

Fica evidente o distanciamento entre a teoria e a prática neoliberal no que diz respeito às liberdades individuais, à liberdade de escolha e à própria democracia. Neste sentido, como apontam Dardot e Laval (2016:384), “se, ao contrário, sustentarmos que a democracia repousa sobre a soberania de um povo, o que parece então é que, enquanto doutrina, o neoliberalismo é, não acidentalmente, mas essencialmente, um *antidemocratismo*”.

Conforme afirma Harvey (2008:30) “há na posição neoliberal contradições suficientes para tornar as práticas neoliberais em desenvolvimento (com respeito a questões como o poder de monopólio e falhas de mercado) irreconhecíveis diante da aparente pureza da doutrina neoliberal”.

Não obstante, Fassin (2019:39) reconhece que “cada vez mais, o neoliberalismo vem acompanhado pelo autoritarismo”. No entanto, não são mais necessários aparatos militares para efetivação de golpes contra a democracia, como ocorreu no Brasil em 1964, na Grécia em 1967, ou ainda no Chile em 1973. No século XXI, o neoliberalismo é capaz de viabilizar “Golpes de Estado Democráticos”<sup>5</sup> como ocorreu na Grécia em 2015, na ocasião das negociações com a União Europeia, quando os bancos ditaram as regras dos acordos. “O ditame europeu imposto ao governo democraticamente eleito na Grécia, apesar de a sua política ter passado por plebiscito via referendo popular de 5 de julho de 2015, representou uma espécie de golpe de estado” (Fassin, 2019:38).

241

Podemos ainda citar o golpe institucional que retirou a presidente Dilma Roussef do poder no Brasil em 2016. Embora reeleita democraticamente em 2014, Dilma Roussef foi deposta pelo Congresso. Sob um pretexto qualquer, como afirma Fassin (op. cit.), “os votos dos parlamentares substituíram as botas militares”. Tais fatos exemplificados nos leva a refletir brevemente sobre o conceito de “pós-democracia”. Segundo Casara (2020):

A expressão “pós-democracia” costuma ser atribuída ao cientista político inglês Colin Crouch, que a utilizou para designar o momento em que há o pleno funcionamento (formal) das instituições democráticas (eleições, liberdade de expressão etc.), mas no qual a dinâmica democrática progressivamente desaparece. Assim, segundo um exemplo de Crouch, não obstante as eleições, o poder de produzir decisões políticas estaria se deslocando da arena democrática para pequenos grupos. A pós-democracia indicaria, basicamente, uma transferência do poder real. Para essa concepção de pós-democracia, ainda há uma fachada democrática, mas as decisões políticas passaram a ser tomadas pela direção das grandes corporações transnacionais, pelos mercados, pelas agências de classificação etc. (Casara, 2020:23).

Já o Estado “Pós-Democrático” é explicado pelo autor da seguinte maneira:

---

<sup>5</sup> “O Golpe de Estado Democrático” é o título de um dos capítulos do livro de Éric Fassin, *Populismo e ressentimento em tempos neoliberais*. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019.



Por “Pós-Democrático”, na ausência de um termo melhor, entende-se um Estado sem limites rígidos ao exercício do poder, isso em um momento em que o poder econômico e o poder político se aproximam, e quase voltam a se identificar, sem pudor. No Estado Pós-Democrático a democracia permanece, não mais com um conteúdo substancial e vinculante, mas como mero simulacro, um elemento discursivo apaziguador” (Casara, 2020:23).

Em um primeiro momento, as reformas neoliberais, geralmente, necessitam do autoritarismo para controlarem o choque social causado pelo desmantelamento das políticas sociais e do Estado democrático de direito. Sobre isso, Saad Filho (2015) detalha que “A primeira fase (de transição ou de choque) do neoliberalismo requer a forte intervenção do Estado para conter os trabalhadores e a esquerda organizada, promover a integração transnacional do capital nacional e impor o novo quadro institucional” (Saad Filho, 2015:63).

Em um segundo momento, o neoliberalismo se consolida através do controle sistemático exercido pela financeirização. Como Saad Filho (2015) explica:

A segunda fase (do neoliberalismo maduro) se concentra na estabilização das relações sociais impostas no período anterior, na consolidação do controle do setor financeiro sobre a alocação de recursos, no gerenciamento pelo Estado da nova modalidade de integração internacional da produção, e na introdução de políticas sociais especificamente neoliberais tanto para gerenciar as privações criadas pelo neoliberalismo, como para reconstruir os sujeitos sociais em linhas neoliberais (Saad Filho, 2015:63).

242

Além da integração em escala global, a financeirização é elemento central da estratégia neoliberal em sua fase mais recente, notadamente a partir da década de 1970, e que a diferencia do neoliberalismo inicial surgido com as contribuições de Hayek e Friedman, por exemplo. “A maioria das análises marxistas insiste que a financeirização é a característica que define a acumulação sob o neoliberalismo, e que ela tem impulsionado a reestruturação da economia global desde a década de 1970” (Saad Filho, 2015:65).

“A proeminência das finanças no neoliberalismo” (Saad Filho, 2015:65) controla diversos aspectos sociais, incluindo o controle sobre a política. Aliás, sobre o capitalismo financeiro neoliberal, Saad Filho (2015) discorre mais detalhadamente que:

Nas economias neoliberais transnacionalmente integradas, as finanças controlam a alocação de recursos, incluindo o volume e a composição do produto e do investimento, a estrutura da demanda, o nível e a estrutura do emprego, o financiamento do Estado, a taxa de câmbio e o padrão de especialização internacional, e elas reestruturam o capital, o trabalho, a sociedade e o Estado em conformidade com sua posição dominante e seus interesses específicos. Como tal, *as finanças tornaram-se o modo de existência do capital em geral no capitalismo neoliberal* [...] Em termos políticos, a proeminência das finanças implica que a acumulação não é regulada por coligações setoriais contingentes, mas pela *classe capitalista* (Saad Filho, 2015:65-66).

Sendo assim, torna-se evidente que para o neoliberalismo a democracia é uma ferramenta acessória, sobre a qual o autoritarismo consegue subverter a soberania popular, deslocando o



eixo de poder, do povo para grupos econômicos, sobretudo do capitalismo financeiro, transnacionalmente integrados. O que importa à estratégia neoliberal é continuar ditando as regras do jogo em todos os aspectos sociais no curso da história das sociedades, sejam elas com governos democráticos ou não.

### Efeito adverso

Diante do vasto vocabulário da língua portuguesa, decidimos utilizar a expressão “efeito adverso” por um motivo, qual seja o de fazer referência à expressão “remédio amargo”, muito frequentemente utilizada pelos governos ao impor o receituário neoliberal com suas consequentes políticas de austeridade e fratura nos direitos sociais. “Adverso”, segundo o “Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa”<sup>6</sup>, é: que traz infortúnio, infelicidade, má sorte; desfavorável, impróprio, malpropício. Deste modo, entendemos que “adverso” é um adjetivo muito apropriado quando observado os efeitos sociais provocados pelo receituário neoliberal, e ainda, o quão adverso é a democracia para o neoliberalismo.

Em escala global o neoliberalismo se mostrou como vitorioso, e até certo ponto como única alternativa possível - “O mantra recorrente, imortalizado pela dama de ferro britânica, Margareth Thatcher, era de que simplesmente *não há alternativa*” (Marques, 2021:15) - após a queda da União Soviética no início da década de 1990. Inclusive, Harvey (2008) detalha que:

O mundo capitalista mergulhou na neoliberalização como a resposta por meio de uma série de idas e vindas e de experimentos caóticos que na verdade só convergiram como uma nova ortodoxia com a articulação, nos anos 1990, do que veio a ser conhecido como o “Consenso de Washington” (Harvey, 2008:23).

O receituário neoliberal “como nova ortodoxia econômica de regulação de política pública no nível do Estado no mundo capitalista avançado” (Harvey, 2008:31), em linhas gerais, pressupõe políticas fiscais e monetárias de controle dos gastos e investimentos públicos; redução de impostos; controle inflacionário – principalmente através dos juros; maior liberdade de circulação para os fluxos de capitais; expansão do comércio global, entre outras questões de forte impacto social, como a liberação à exploração de recursos naturais por empresas privadas e flexibilização de direitos trabalhistas. Políticas essas pautadas pelo argumento principal que trata da necessidade de diminuição do Estado. Neste último ponto, além das privatizações de empresas públicas pressupõe, como explica Harvey (2008:32):

---

<sup>6</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 5.ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2010.

[...] dismantelar ou reverter os compromissos do Estado de bem-estar-social [...] Todas as formas de solidariedade social tinham de ser dissolvidas em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade individual e dos valores familiares.

Para o neoliberalismo, conforme afirmou Thatcher durante entrevista em 1987 e citado por Harvey (2008:32) “A sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais – e acrescentou depois, suas famílias”. Nesse sentido, o abandono das políticas de Estado voltadas às questões sociais, e, portanto, coletivistas, é um dos efeitos esperados deste remédio amargo.

Tal qual a prescrição do mesmo remédio para doenças distintas, o neoliberalismo não produziu os mesmos efeitos em países diferentes. Aliás, Harvey (2008) explica que:

O desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social para formação social atestam o caráter não-elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes moldaram em conjunto por que e como o processo de neoliberalização de fato ocorreu (Harvey, 2008:23).

A desigualdade geográfica, a assimetria de arranjos institucionais (legais, fiscais, trabalhistas, culturais etc.) favorecem a dinâmica neoliberal, na medida em que, devido ao seu desenvolvimento em escala global é possível migrar de um lugar a outro do planeta na busca por lucros crescentes, mesmo que isto signifique, por exemplo, o abandono de regiões industriais anteriormente pujantes, ou ainda, o abandono de regiões extrativas de recursos naturais após a exaustão destes.

O desenvolvimento globalizado do neoliberalismo instaurou uma estrutura transnacional neste sistema de poder, na qual diversos grupos se acorrem mutuamente com o objetivo de manterem e ampliarem o poder econômico e político, nos fazendo entrar na era da pós-democracia. Sobre isto, Dardot e Laval (2016) apontam que:

O sistema neoliberal é instaurado por forças e poderes que se apoiam uns nos outros em nível nacional e internacional. Oligarquias burocráticas e políticas, multinacionais, atores financeiros e grandes organismos econômicos internacionais formam uma coalizão de poderes concretos que exercem certa função política em escala mundial (Dardot e Laval, 2016:8).

Como veremos mais adiante, esta característica global do neoliberalismo na busca por regiões “mais competitivas” e o conseqüente abandono de outras, proporcionou o surgimento de personagens políticos com discursos populistas contra a “elite globalista”, os quais passaram a ser utilizados como ferramentas de engajamento dos eleitores, principalmente em setores empobrecidos pelo neoliberalismo. Outro aspecto central destacado por Harvey (2008) é que:

[...] um fato persistente no âmbito dessa complexa história de neoliberalização desigual tem sido a tendência universal a aumentar a desigualdade social e a expor os membros menos afortunados de toda e qualquer sociedade – seja na Indonésia, no México ou na Inglaterra – ao frio glacial da austeridade e ao destino tenebroso da crescente marginalidade (Harvey, 2008:128).

A concentração de riqueza e a consequente desigualdade social são efeitos perversos do receituário neoliberal. “Efeitos redistributivos e uma desigualdade social crescente têm sido de fato uma característica tão persistente do neoliberalismo que podem ser considerados estruturais em relação ao projeto como um todo” (Harvey, 2008:26). Pois, se o neoliberalismo se apresenta como um remédio amargo necessário, ou como discorre Harvey (2008:29) “como potencial antídoto para ameaças à ordem social capitalista e como solução para as mazelas do capitalismo”, é relevante pontuar não só os efeitos adversos que o neoliberalismo impõe à sociedade, no entanto, destacar também os efeitos adversos que a sociedade livre impõe ao projeto neoliberal, e a democracia passa a ser um destes efeitos indesejados ao neoliberalismo. Conforme destaca Fassin (2019:37) “é a própria democracia, em suas formas elementares, que abala o neoliberalismo”.

Assim, desde o seu nascimento através da utilização de práticas políticas e econômicas implementadas no Chile nos anos de 1970, passando pela década de 1980 com Thatcher e Reagan, e mais intensamente após o fim da União Soviética, o neoliberalismo se estabeleceu ao redor do planeta hegemonicamente, conforme detalha Fraser (2021):

As ideias indispensáveis para esse fim vêm de Antonio Gramsci. *Hegemonia* é o termo que ele usa para explicar o processo pelo qual uma classe dominante faz com que sua dominação pareça natural ao infiltrar pressupostos de sua própria visão de mundo como sendo senso comum da sociedade (Fraser, 2021:37).

Após décadas sendo implantada como uma força da natureza, o neoliberalismo sofreu um forte abalo com a crise global de 2008. “Os quase 20 anos que separam a queda da União Soviética da crise financeira global de 2008 oferecem um exemplo lapidar de décadas em que (quase) nada acontece, ao menos no sentido de grandes rupturas históricas” (Marques, 2021:14).

A crise de 2008 elevou as doses do remédio amargo do receituário neoliberal agravando as consequências sociais. Em linhas gerais, os efeitos das políticas de austeridade sentidos em todo o globo foram: fechamentos de empresas, aumento do desemprego, precarização do trabalho, redução de salários, redução de investimentos em serviços públicos, elevação do endividamento público e privado, aumento da desigualdade social.

Diante deste cenário, grande parcela da população mundial, atingida pelo declínio econômico, foi às ruas para protestar contra o neoliberalismo e tornar clara a insatisfação generalizada com a má distribuição de renda e de riqueza e com as demais injustiças sociais por

ele produzidas. “Mas, quando as desigualdades de renda e riqueza alcançam um dado – como aquele a que chegaram hoje – próximo ao que precedeu 1929, os desequilíbrios econômicos se tornam tão crônicos que correm o risco de produzir uma crise estrutural” (Harvey, 2008:203).

A ideia de uma crise estrutural do capitalismo foi impulsionada por uma escalada de protestos democráticos – até mesmo em regimes autoritários - em várias partes do mundo, iniciada em 2011. Neste sentido, Gohn (2019) ressalta que:

Após a crise do capitalismo global de 2008, movimentos e protestos dos “indignados” ganham destaque em vários países, a população retoma as ruas como espaço de protestos logo no início da nova década. Surgem revoltas na Grécia, Espanha, Portugal; a primavera Árabe atinge o Oriente Médio, na Tunísia, Egito, Turquia etc., e o movimento Occupy dos Estados Unidos se espalha para várias partes do globo. A manifestação da população nas ruas tem sido a forma básica de protesto social na atualidade em várias outras partes do mundo (Gohn, 2019:109).

Desse modo, protestos democráticos passam a ser, portanto, efeitos indesejados para o projeto neoliberal, causados pelo remédio amargo receitado pelo neoliberalismo. Eles tornaram o projeto neoliberal mais vulnerável a contestações e indignações, levando grande parcela de populações mundo afora às ruas, ávidas por mudanças.

O efeito esperado era um ambiente político-social favorável a dinâmica neoliberal, “no entanto, as coisas deram errado para o neoliberalismo realmente existente” (Brown, 2019:102). Inclusive a autora detalha que:

O sonho neoliberal era uma ordem global de fluxo e acumulação de capital livres, nações organizadas pela moralidade tradicional e pelo mercado e de Estados orientados quase exclusivamente para esse projeto [...]. Para esse fim, a democracia seria divorciada da soberania popular e rebaixada: não mais um fim, mas um meio para viabilizar a transferência pacífica de poder (Brown, 2019:100).

Da mesma maneira que um efeito adverso de um fármaco pode trazer consigo problemas a quem o administra, assim é a democracia para o neoliberalismo ao expor os problemas, contradições e injustiças do projeto neoliberal. O autoritarismo é mais um remédio do receituário neoliberal para combater aquilo que lhe causa danos. Por este motivo podemos constatar, portanto, o fato de que “cada vez mais, o neoliberalismo vem acompanhado de autoritarismo”, como afirmou Fassin (2019:39). Sendo assim, o autoritarismo aparece como importante ferramenta ao projeto neoliberal, na medida em que, é através do autoritarismo que a soberania popular e suas diversas formas de manifestação são enfraquecidas; é através dele que ocorrem as tentativas de rebaixar a democracia, como ressalta Brown (ibidem), “não mais um fim, mas um meio para viabilizar a transferência pacífica de poder”, do povo para o capital neoliberal.

## A reação populista

Como vimos, a crise financeira de 2008 desencadeou uma escalada de protestos democráticos ao redor do globo, estas manifestações populares abalaram o neoliberalismo e tornaram o projeto neoliberal mais suscetível a contestações. No entanto, foi justamente neste ambiente de crise que uma nova janela de oportunidade política surgiu: a incorporação de discursos populistas, com retóricas salvacionistas, por personagens de direita. Aliás, sobre isto, Marques (2021) discorre que:

O que é certo é que a crise econômica de 2008 escancarou as contradições do período neoliberal. Em um primeiro momento, a insatisfação difusa se expressa como protesto social na forma de movimentos de contestação de rua (tanto de esquerda como de direita) que, embora muitas vezes efêmeros e de curta duração, começam a preparar o terreno para um “momento populista” (Marques, 2021:29).<sup>7</sup>

Dada a dificuldade encontrada pela literatura em definir o que vem a ser o populismo, como cita Laclau (2013:33) ao mencionar que “um traço persistente da literatura sobre populismo é sua relutância – ou dificuldade – em dar ao conceito qualquer significado preciso”, nosso foco central não é a conceituação – já que o populismo “faz parte da descrição de uma ampla variedade de movimentos políticos, mas que também tenta captar algo a respeito destes, o que é fundamental” (Laclau, 2013:33) – e sim relacionar os momentos políticos e sociais de diferentes países das Américas (Estados Unidos, Brasil e El Salvador) os quais propiciaram à ascensão ao poder de personagens políticos com discursos salvacionistas sob a forma de um populismo de direita. Como Mouffe (2019) cita:

O populismo não é uma ideologia e a ele não pode ser atribuído um conteúdo programático específico. Tampouco ele é um regime político. Trata-se de um modo de fazer política que pode ter diferentes formas ideológicas, de acordo com o tempo e o lugar, compatível com diversas estruturas institucionais (Mouffe, 2019:31).

Em seu livro *A razão populista*<sup>8</sup> Laclau define o populismo como uma estratégia discursiva de construção de uma fronteira política, dividindo a sociedade em dois campos e apelando para a mobilização dos “excluídos” contra “aqueles que estão no poder” (Mouffe, 2019:31). Esta conceituação de Laclau (2013) acerca do populismo é importante para destacarmos os discursos de Donald Trump nos Estados Unidos, Jair Bolsonaro no Brasil e Nayib Bukele em El Salvador, os quais alimentam, por logomaquia, um ambiente de disputa do “nós contra eles”, numa tentativa de se mostrarem como representantes do povo na luta contra o

<sup>7</sup> A filósofa Chantal Mouffe em sua obra *Por um populismo de esquerda* (São Paulo: Autonomia Literária, 2019) chamou de “momento populista” o fim do consenso neoliberal e a abertura para a época de sua contestação. O início do fim é marcado pela crise de 2007/2008.

<sup>8</sup> LACLAU, Ernesto (2013), *A razão populista*. São Paulo, Três Estrelas.

sistema. A articulação do povo contra seus inimigos é, portanto, uma característica central do populismo, e, para tanto, a constituição de uma identidade coletiva (constituir “nós” automaticamente constitui “eles”) e antagonismos a ela, são elementos indispensáveis.

A apropriação de discursos populistas por personagens considerados, até certo ponto, *outsiders* – seja nos Estados Unidos com Donald Trump, seja no Brasil com Jair Bolsonaro, ou ainda em El Salvador com Nayib Bukele – apresenta-se como ferramenta de engajamento do eleitorado, os quais encontram-se ávidos por mudanças em decorrência dos efeitos do neoliberalismo. Como veremos, estes personagens citados em diferentes países das américas ascenderam ao poder incorporando discursos contra “os inimigos do povo” – quais sejam a “elite globalista”, os imigrantes, os “comunistas” ou os “corruptos saqueadores da nação”, entre outros – responsáveis pelas mazelas econômicas e sociais, muito embora, na realidade, eles sejam políticos a serviço do capitalismo financeiro neoliberal. Evidentemente, há entres eles e os respectivos países diferenças de múltiplas naturezas, somadas a acontecimentos econômicos, políticos e sociais particulares, no entanto, podemos constatar que estes países são exemplos de lacunas da hegemonia neoliberal após as frustrações com os políticos e partidos tradicionais – em sentido mais amplo, com o neoliberalismo – evidenciadas após a crise financeira de 2008. Neste sentido, Saad Filho (2015) discorre que:

A ideologia neoliberal é fragmentada demais para oferecer uma representação coerente da sociedade. Ao invés disso, ela fornece um discurso populista baseado em noções pouco definidas de “liberdade individual”, “concorrência” e “democracia”, que justificam um conjunto de políticas estatais frouxamente articuladas, mas que favorecem sistematicamente o capital em geral e as finanças em particular (Saad Filho, 2015:67).

Como discorre Mouffe (2019:31), “podemos falar de um ‘momento populista’ quando, sob a pressão de transformações políticas ou socioeconômicas, a hegemonia dominante é desestabilizada pela multiplicação de demandas insatisfeitas”.

Nos Estados Unidos, a falta de alternativa política entre as duas versões do neoliberalismo – o neoliberalismo progressista do Partido Democrata e o neoliberalismo reacionário do Partido Republicano –, a insegurança cultural, ou ainda a decadência econômica dos estados que compõe o chamado “Cinturão da Ferrugem”, como exemplos, oportunizaram a ascensão de Donald Trump ao poder.

No Brasil, a sociedade civil organizada foi fortemente influenciada pelos movimentos de protestos em escala global iniciados em 2011 com a “Primavera Árabe” e com o movimento “*Occupy Wall Street*”. A partir de junho de 2013 protestos populares tomaram as ruas das principais cidades do país, contrários ao aumento das passagens dos transportes coletivos. Os crimes de corrupção descobertos com a “Operação Lava-Jato” nos anos seguintes, contribuíram

para abalar a política brasileira e abriram espaço para grupos de extrema direita, como os neointegralistas e a congregação destes com grupos monarquistas e neonazistas, além de correntes religiosas, principalmente protestantes, como os neopentecostais: estava aberto o caminho para o retorno da ideologia baseada em “*Deus, Pátria e Família*”, como uma reatualização da extrema direita integralista brasileira. Diante deste cenário, nas eleições seguintes, no ano de 2018, outro “salvador da pátria” ascende ao poder nas Américas, além de Donald Trump nos Estados Unidos, Jair Bolsonaro é eleito no Brasil.

Em El Salvador, após três décadas de um revezamento no comando político do país entre dois partidos – a Aliança Republicana Nacionalista (ARENA), de direita, e a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), de esquerda – outro “candidato a Messias” chegou ao poder no ano de 2019 com a eleição de Nayib Bukele, após o rompimento desta alternância política bipartidária de direita e de esquerda no poder, desde o fim da sangrenta guerra civil (1980-1992) naquele país marcado por décadas de corrupção. Neste sentido, ao discorrer sobre a eleição de Nayib Bukele, Tobar (2020) explica que:

O desgaste progressivo dos partidos políticos que governaram o país na etapa de construção democrática, bem como a prevalência de lacunas na satisfação das demandas básicas da cidadania, delinearão um cenário favorável para a concretização das aspirações políticas do atual presidente [...] A insatisfação dos cidadãos com os partidos políticos tradicionais abriu um nicho ao atual mandatário para posicionar-se como opção presidencial (Tobar, 2020:72, tradução nossa).<sup>9</sup>

249

Ao invés de centrarmos na conceituação sobre o que vem a ser o populismo ao relacionarmos as chegadas ao poder de Donald Trump, Jair Bolsonaro e Nayib Bukele, permeia nossa análise a indagação: “De qual realidade ou situação o populismo é a expressão?” (Laclau, 2013:52). Como cita Marques (2021:21), “o nosso atual momento populista seria, portanto, uma expressão da crise hegemônica da formação neoliberal”, marcado pela crise de 2008 e suas consequências econômicas, políticas e sociais.

Encontramos muitas semelhanças na atuação dos políticos mencionados, sobretudo, no que se refere à adesão ao neoliberalismo e suas conseqüentes políticas econômicas de austeridade; suas estratégias de produção e difusão de conteúdo político, através do uso massivo da internet, principalmente das redes sociais; tentativa de se mostrarem aos seus correligionários (a quem chamam de “povo”) como antissistema e antielitistas, como verdadeiros representantes do povo e em nome desse “povo” não hesitam em lançar mão do autoritarismo e de diversos

---

<sup>9</sup> No original: “El desgaste progresivo de los partidos políticos que gobernaron el país en la etapa de construcción democrática, así como la prevalencia de brechas en la satisfacción de las demandas básicas de la ciudadanía, perfilaron un escenario favorable para la concreción de las aspiraciones políticas del actual presidente [...] La insatisfacción de los ciudadanos con los partidos políticos tradicionales le abrió un nicho al actual mandatario para posicionarse como opción presidencial”.



movimentos antidemocráticos (utilização das forças armadas e policiais como instrumentos políticos; ataques ao sistema judiciário, à imprensa, às minorias), dentre outros.

Das semelhanças entre estes personagens vale citar a formulação “ordoliberal do político”<sup>10</sup>, conforme constatou Brown (2019) ao reconhecer que:

A formulação ordoliberal do político é complexa e internamente diversa. Vamos nos concentrar apenas em sua preocupação em construir um Estado forte e tecnocrático, sua ansiedade em relação à democracia e sua defesa do liberalismo autoritário. Ao fazer esse exame, é mais importante ter em mente que os ordos compartilham a desconfiança de Friedman e Hayek em relação ao político, mas não sua rejeição da soberania estatal. Eles buscam desdemocratizar o Estado e substituí-lo por outro, suportado pela expertise técnica, dirigido por autoridades competentes e devotado aos princípios de uma economia competitiva e liberalizada (Brown, 2019:93).

A preocupação ordoliberal pressupõe implantar uma “constituição econômica” em substituição à “constituição política” democrática de representação popular, com o objetivo de transformar o Estado em devoto do liberalismo econômico, através da expertise técnica. Desse modo a “constituição política” passaria a ser apenas um instrumento do Estado para conservar o *ethos*. Adiante veremos que grupos etnonacionalistas que compõem a base de apoio de líderes de direita demandam do Estado essa “proteção cultural”. Sendo assim, Brown (2019) afirma que:

A constituição política obriga o Estado a proteger a continuidade do espírito, da história e da experiência de uma nação (decretar esse compromisso é exatamente o que os partidos nacionalistas brancos europeus contemporâneos julgam estar demandando do Estado, mesmo que sua variação em torno do tema não seja o que Böhm tinha em mente) (Brown, 2019:96).

Para os ordoliberais, a relação Estado-Economia como conhecemos (“Estado social”, ou o que os ordos chamam de “Estado Econômico”) possui dupla deficiência: o Estado não possui autonomia política por estar integrado à economia, ao passo que intervém nela de maneira indevida, distorcendo os mercados. Para os ordos, conforme expõe Brown (2019):

O “Estado econômico” sofre de falta de independência na formação da vontade e no desempenho da vontade; submete-se a poderosos grupos de interesse (incluindo os trabalhadores e os pobres), por um lado, e é golpeado por vicissitudes econômicas, por outro (Brown, 2019:94).

A construção de um Estado forte, segundo a formulação ordoliberal, deve ocorrer pela substituição do Estado social por um Estado autônomo em relação à economia e também em relação à democracia. Uma explicação sobre isto é exposta por Brown (2019), quando a autora detalha que:

---

<sup>10</sup> Brown (2019:93) discorre que “há vários excelentes relatos recentes da complexa conceituação ordoliberal do político. Em *The Political Theory of Neoliberalism*, Thomas Biebricher oferece uma excelente e detalhada descrição da nova conceituação ordoliberal da política. Callison também trata desse tema em *Political Deficits*. Veja o cap.3.

Se os ordos são os únicos entre os neoliberais a argumentar que os Estados sociais são fracos, comprometidos e carecem de poder independente para a economia, eles compartilham com os outros a convicção de que a democracia é a raiz do problema (Brown, 2019:95).

Portanto, a formulação ordoliberal tem como objetivos, entre outros, desdemocratizar o Estado, subjugar-lo ao liberalismo econômico e constituí-lo não através da política de representação popular, mas sim através de técnicos à serviço do capitalismo neoliberal. Neste sentido, Brown (2019) discorre que:

Os Estados ordoliberais não podem aceitar a participação cidadã ou o compartilhamento do poder democrático; ao contrário, eles são moldados por “uma expressão clara e inatacável da vontade política” fundada na expertise técnica.<sup>11</sup> Dirigir o capitalismo requer uma administração não política e não democrática por autoridades habilmente informadas e que intervêm “não no mercado, mas para o mercado [...] nas condições do mercado”<sup>12</sup> (Brown, 2019:98).

Importante para a estratégia populista é o engajamento da parte do “nós” na mobilização a favor das pautas contra “eles”. Com a facilidade de comunicação possibilitada pela internet e redes sociais, a identificação dos afetos comuns (o que reforça a ideia de um “povo”) e a propagação de conteúdo político específico (muitas vezes distorcidos ou fabricados; as chamadas *Fake News*) mobiliza radicalmente adeptos e correligionários, reforçando uma ideia que as mídias tradicionais fazem parte do “eles” e estão a serviço do sistema. Dada a importância da comunicação para a mobilização das massas em torno de ideias, pautas e projetos, percebemos que as guerras contra as emissoras de televisão, jornalistas e tudo que representa as mídias tradicionais estão no topo da lista de prioridades seja para Trump, Bolsonaro ou Bukele. Sobre isto, Mouffe (2019) destaca que:

Outro aspecto decisivo da estratégia populista é o seu reconhecimento do papel da dimensão afetiva nas formas políticas de identificação e a importância da mobilização dos afetos comuns, um aspecto que está normalmente ausente das formas tradicionais de política de esquerda (Mouffe, 2019:127).

Embora os protestos em escala global após a crise de 2008 tenham abalado o projeto neoliberal e oportunizado a emergência de discursos salvacionistas na forma de um populismo de direita, na prática, estes *modi operandi* aparecem como uma reação neoliberal à democracia. O autoritarismo que acompanha os discursos populistas, como nos casos de Trump, Bolsonaro e Bukele, na verdade é uma espécie de freio neoliberal aos crescentes movimentos democráticos de contestação a este projeto; uma estratégia liberal autoritária de desdemocratizar o Estado social e substituí-lo por outro, por um Estado forte – na concepção ordoliberal –

---

<sup>11</sup> Franz Böhm, *Economic Ordering as a Problem of Economic Policy and a Problem of the Economic Constitution*, p. 117.

<sup>12</sup> Johanna Oksala, *Ordoliberalism as Governmentality*, p. 187.

tecnocrata, sem participação cidadã, à serviço do mercado. Com o populismo, por um lado – no campo econômico – o liberalismo nunca deixou de ditar as regras do jogo, e por outro – no campo político-social – cada vez mais a democracia é ameaçada pelo autoritarismo, características da formulação ordoliberal.

## A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos

Como mencionamos, a crise do neoliberalismo significou uma janela de oportunidade para a apropriação de discursos populistas. A crise financeira global de 2008, abriu espaço para a ascensão de um novo personagem político nos Estados Unidos, Donald Trump. Empresário, bilionário, conhecido da TV – principalmente pelo *reality show* “*The Apprentice*” – Donald Trump, surpreendentemente, venceu as primárias pelo Partido Republicano e tornou-se o candidato do partido para a disputa da eleição presidencial do ano de 2016, contra a candidata do Partido Democrata, Hillary Clinton.

Apresentando-se como “diferente dos anteriores”, algo muito comum no universo político, Donald Trump apropriou-se de discursos populistas – recheados de nacionalismo e protecionismo, e ainda adicionando xenofobia, racismo, misoginia e homofobia – como ferramenta de engajamento dos eleitores, principalmente da classe média branca e de regiões industriais outrora pujantes. A utilização da internet e das redes sociais, como por exemplo o ‘*twitter*’, foi crucial para impulsionar conteúdo político e atingir o eleitorado em uma velocidade e alcance jamais visto em outras disputas eleitorais.

Nos Estados Unidos, desde Ronald Reagan na década de 1980, o neoliberalismo se estabeleceu de forma hegemônica, alternando entre sua versão dominante – o neoliberalismo progressista – do Partido Democrata e a sua versão, até certo ponto, antagônica – o neoliberalismo reacionário – do Partido Republicano. “Mas ambos estavam atados, de qualquer forma, à financeirização e à desindustrialização” (Fraser, 2021:47).

Com Bill Clinton no início da década de 1990 o neoliberalismo recebeu uma “nova roupagem”, unindo-se a uma política progressista de reconhecimento, com característica multicultural. Desta união pouco provável a política dos Estados Unidos foi dominada pelo neoliberalismo progressista. Sobre isto, Fraser (2021) explica que:

Isso pode parecer um oxímoro, mas foi uma aliança real e poderosa de dois companheiros improváveis: por um lado, as principais correntes liberais dos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo, ambientalismo e ativismo pelos direitos LGBTQ+); por outro lado, os setores mais dinâmicos, de ponta, “simbólicos” e financeiros da economia dos EUA (Wall Street, Vale do Silício e Hollywood). O que manteve unido esse estranho casal foi uma peculiar combinação de visões sobre distribuição e reconhecimento (Fraser, 2021:39).

O rompimento das barreiras geográficas, burocráticas, protecionistas e demais barreiras à livre circulação de capital; as desregulações nos setores bancários e trabalhistas; o enfraquecimento dos sindicatos, a precarização do trabalho e a consequente má remuneração, entre outros, fazem parte do projeto neoliberal. Desta forma, Fraser (2019) expõe que:

Popularmente associadas a Ronald Reagan, mas substancialmente implementadas e consolidadas por Bill Clinton, essas políticas reduziram os padrões de vida da classe trabalhadora e da classe média, transferindo riqueza e valor para cima – principalmente para o 1%, é claro, mas também para os altos escalões das classes profissionais-gerenciais (Fraser, 2021:40).

Antagonista ao neoliberalismo progressista do Partido Democrata é o neoliberalismo reacionário do Partido Republicano. Muito embora sejam similares na política neoliberal distributiva, suas diferenças são mais acentuadas em suas políticas de reconhecimento, contrastando o multiculturalismo do Partido Democrata com o etnonacionalismo do Partido Republicano. Em relação ao neoliberalismo reacionário, Fraser (2021) discorre que:

Ao mesmo tempo em que afirmava fomentar os pequenos negócios e a manufatura, o verdadeiro projeto econômico do neoliberalismo reacionário centrava-se no fortalecimento das finanças, da produção militar e da energia não-renovável, tudo isso em benefício, principalmente, do 1% global. O que deveria torná-lo palatável para a base que buscava reunir era uma visão excludente de uma ordem de *status* justa: etnonacional, anti-imigrante e pró-cristã, se não abertamente racista, patriarcal e homofobia [...] nas grandes questões da economia política, o neoliberalismo reacionário não diferia substancialmente de seu rival progressista neoliberal (Fraser, 2021:45).

Foi neste ambiente restrito a duas versões do neoliberalismo, distintas notadamente no campo do reconhecimento, que Donald Trump surgiu como personagem político. A falta de alternativa proporcionada pelo bipartidarismo americano – escolha limitada entre o multiculturalismo e o etnonacionalismo – fez com que uma considerável parcela do eleitorado estadunidense, vítima do neoliberalismo, experimentasse um vácuo no que diz respeito à representação política – uma amostra do descontentamento de grande parcela da sociedade civil foi o movimento *Occupy Wall Street*<sup>13</sup>. Foi justamente este espaço que Donald Trump buscou preencher ao apresentar-se como o único capaz de “fazer os Estados Unidos grandes novamente”, lutar contra a elite globalista, a financeirização e a globalização corporativa, responsáveis pelo fechamento de indústrias – principalmente nos estados que compõem o chamado “Cinturão da Ferrugem” (*Rust Belt*) – desemprego e empobrecimento dos

---

<sup>13</sup> Movimento de protesto iniciado em setembro de 2011 em Manhattan, na cidade de Nova Iorque e que se espalhou por outras cidades dos Estados Unidos, pela Europa e outras partes do mundo. Inspirados pelos movimentos dos árabes por democracia – o que ficou conhecido como ‘Primavera Árabe’ – grande parcela da população ocupou praças e parques, protestando, entre outros, contra a desigualdade econômica e social, a corrupção e a influência negativa das empresas, em especial do setor financeiro, nos governos, que sempre beneficiam o “1%” mais ricos em detrimento dos “99%”.

estadunidenses. Daí a apropriação de discursos nacionalistas e protecionistas. Neste sentido, Fraser (2021) cita que:

Dado o ritmo acelerado da desindustrialização; a proliferação de subempregos precários e com baixos salários; o aumento do endividamento predatório e o consequente declínio dos padrões de vida dos dois terços mais pobres dos estadunidenses, era apenas questão de tempo até que alguém preenchesse a lacuna (Fraser, 2021:48).

Os efeitos do neoliberalismo fizeram com que muitos eleitores depositassem a esperança neste novo personagem político. Contrariando as pesquisas, Donald Trump conseguiu a maioria dos delegados no colégio eleitoral – embora Hillary Clinton tenha conseguido maior quantidade de votos populares – e foi eleito o 45º presidente dos Estados Unidos. Sobre este acontecimento, Marques (2021) ainda menciona que:

De fato, o que permitiu sua vitória em termos eleitorais foi seu discurso, direcionado aos setores da classe média branca empobrecidos pelo neoliberalismo (em especial das regiões pós-industriais, que costumavam ser fiéis ao partido democrata), com promessas de reindustrialização, retorno das plantas fabris, proteção de emprego e do modo de vida contra os efeitos disruptivos da globalização. Sua campanha, ostensivamente contra a “elite globalista”, mobilizava motivos antissemitas até então adormecidos na política conservadora americana (Marques, 2021:27).

De modo semelhante, Fassin (2019) ainda destaca que:

Tudo foi decidido nos *Swing States* (os estados decisivos), tradicionalmente indecisos, o que levou à decisão da eleição por alguns milhares de votos. Esses estados também são os mais afetados pela desindustrialização: Wisconsin, Pensilvânia, Michigan; foi sem dúvida, nas classes populares desse *Rust Belt* que foi decidida a eleição” (Fassin, 2019:48).

Evidentemente a economia – o empobrecimento de grande parcela da população – foi fator central para a ascensão ao poder de Donald Trump, no entanto, outros aspectos merecem destaque, como por exemplo, a “insegurança cultural”.

Quando discursos etnonacionalistas contendo xenofobia, racismo, misoginia, homofobia, entre outros, é incluído no planejamento de um candidato para a disputa eleitoral, é porque ele e todo seu *staff* (personagens como Steve Bannon<sup>14</sup>) sabem que através destes conseguirão engajar o eleitorado – há pessoas dispostas a ouvirem estes tipos de discursos para se sentirem representadas – e receberem mais votos, afinal, é disso que se trata uma corrida eleitoral, conseguir votos. Neste aspecto, as plataformas digitais, como o *Twitter*, desempenharam papel central na disseminação de conteúdo político, alcançando eleitores em uma velocidade e abrangência jamais vistas. Daí os discursos contra tudo e todos que não representam o “homem branco cristão trabalhador”. Referente a este fato, Fassin (2019) aborda que:

---

<sup>14</sup> Estrategista da vitoriosa campanha presidencial de Donald Trump e um dos principais articuladores da nova direita em escala Internacional (Quadros, 2020:229).

Pode-se interpretar a eleição de 2016, como o faz o ensaísta e jornalista Adam Shatz, como sendo o triunfo de uma política de ressentimento cultural. Os eleitores que levaram Trump ao poder querem “recuperar a sua posição de dominação natural”. Uma dominação não apenas econômica, mas também política, depois que a Casa Branca foi “confiscada” por uma família negra, e, em seguida, disputada por uma mulher: “é uma questão de restaurar uma representação branca e monocultural após a ruptura multicultural dos anos Obama”, redobrada pelo movimento *Black Lives Matter* (Fassin, 2019:63).

Tanto do lado econômico como do lado cultural havia uma parcela da população ávida por mudanças, seja pelo empobrecimento causado pelos efeitos do neoliberalismo, seja pelo ressentimento e insegurança cultural. Foi justamente se colocando como o representante desta parcela da população, falando aquilo que ela queria ouvir, que o populismo chegou à Casa Branca.

Ao contrário do que muitos eleitores esperavam, Donald Trump, enquanto presidente dos Estados Unidos, não realizou nenhuma mudança estrutural contra a elite globalista e que favorecesse a classe trabalhadora e a classe média. Embora tenha cancelado algumas parcerias e renegociado alguns acordos internacionais, não foi colocado em prática nenhum projeto de infraestrutura e criação de empregos que possam ser considerados como “marcas” do governo Trump, um legado. Sobre este aspecto, Fraser (2021) aponta que:

Longe de governar como um populista reacionário, o novo presidente ativou a velha tática comercial fraudulenta de “estelionato eleitoral”, abandonando as políticas distributivas populistas prometidas em sua campanha. É verdade que ele cancelou a Parceria Transpacífico e renegociou o NAFTA, mesmo que cosmeticamente. Mas ele não levantou um dedo sequer para controlar Wall Street (Fraser, 2021:53).

Através do “estelionato eleitoral” as promessas populistas desapareceram, Trump apostou cada vez em uma política hiper-reacionária de reconhecimento. No campo econômico, o neoliberalismo, como uma ordem social institucionalizada, seguiu durante o governo Trump como aquela força da natureza sobre a qual “*não há alternativa*” como preconizava Margaret Thatcher, ao passo que no campo cultural, o autoritarismo etnonacionalista, o antisemitismo, a misoginia, a homofobia, foram fomentadas e estimuladas. Neste sentido, Fraser (2021) elucida que:

Tendo abandonado a política populista de distribuição, Trump passou a redobrar a aposta na política reacionária de reconhecimento, imensamente intensificada e cada vez mais perversa. A lista de suas provocações e ações em apoio a hierarquias de *status* odiosas é longa e assustadora: as várias versões de proibições a viagens, todas direcionadas a países de maioria muçulmana, mal disfarçadas pelo cínico acréscimo tardio da Venezuela; o dilaceramento dos direitos civis no Departamento de Justiça (que abandonou o uso de acordos judiciais) e do Departamento do Trabalho (que parou de fiscalizar a discriminação cometida por empresas contratadas pelo governo federal); sua recusa em defender casos judiciais sobre direitos LGBTQ+; sua reversão da cobertura do seguro obrigatório de contracepção; seu contingenciamento das proteções das Emendas Educacionais de 1972 para mulheres e meninas, mediante cortes no pessoal de fiscalização; e seus pronunciamentos públicos, seja em apoio a um tratamento policial mais violento dos suspeitos, seja pelo desprezo *a la* “xerife Joe” pelo Estado de Direito,

seja em apoio a “pessoas de bem” entre os supremacistas brancos que semearam o caos em Charlottesville. O resultado não é um mero conservadorismo republicano, mas uma política hiper-reacionária de reconhecimento [...] o resultado não foi o populismo reacionário, mas o neoliberalismo hiper-reacionário (Fraser, 2021:54).

Donald Trump não conseguiu ser reeleito, perdeu a disputa eleitoral para Joe Biden, do Partido Democrata, nas eleições de 2020. Trump questionou e judicializou o processo eleitoral alegando haver fraudes – uma clara tentativa de enfraquecer a hegemonia popular e o Estado democrático de direito – no entanto, como não apresentou provas para suas alegações, em 20 de janeiro de 2021, Joe Biden tomou posse como o 46º presidente dos Estados Unidos.

### **A eleição de Jair Bolsonaro no Brasil**

Como um eco da eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016, a direita também chegou ao poder no Brasil com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Assim como nos Estados Unidos, na Europa e em diversas partes do globo, a crise financeira de 2008 e os efeitos adversos provocados pelo receituário neoliberal, como por exemplo o aumento das desigualdades sociais, impulsionaram os movimentos de protestos dos indignados ao redor do planeta, os quais influenciaram diretamente o ambiente político no Brasil.

256

Por quase vinte anos, analisando o período entre a eleição de Fernando Henrique Cardoso para presidente da República em 1994 – somado ao período dos governos de esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT) – e o início dos maiores protestos populares já registrados no Brasil a partir do ano de 2013, a sociedade brasileira vinha (e ainda vem!) experimentando as sucessivas crises do capitalismo e a prescrição do remédio amargo neoliberal – com suas políticas de austeridade – em “doses cavalares”. Embora, no campo monetário, o Brasil tenha conseguido acabar com o fantasma da hiperinflação que assombrava o país há décadas, em uma análise mais ampla, notadamente na esfera social, os efeitos adversos do projeto neoliberal ainda assolam todas as partes do país.

O ano de 2013 marcou a história política e sociocultural brasileira com os sucessivos movimentos de protestos iniciados em junho daquele ano. A sociedade civil brasileira, em diversas formas de organização, foi fortemente influenciada pelos movimentos de protestos em escala global iniciados em 2011 com a “Primavera Árabe” e com o movimento “*Occupy Wall Street*”. O que começou com uma pauta de reivindicação relacionada ao aumento das passagens dos transportes coletivos, transformou-se em algo muito maior. Quanto a isso, Gohn (2019) cita que:



A partir de junho de 2013, passa a ocorrer manifestações em todo o Brasil, em movimentos de protesto contra políticas sociais vigentes nas áreas dos transportes, educação, saúde, prioridade dada aos gastos com a Copa do Mundo, entre outros motivos (Gohn, 2019:123).

No ano de 2014, na cidade de Curitiba, iniciou-se um conjunto investigativo envolvendo diversos órgãos (destacadamente a Polícia Federal, Ministério Público Federal, Procuradoria Geral da República e Judiciário) visando apurar crimes relacionados à lavagem de dinheiro, que ficou conhecido como “Operação Lava Jato”, a qual fez surgir um personagem político da esfera do judiciário, o Juiz Sérgio Moro. Com o desenrolar das investigações diversos crimes envolvendo políticos e megaempresários, entre outros, ganharam notoriedade. O partido que estava no poder, o PT, já vinha por anos sofrendo um desgaste por conta do episódio de compra de votos parlamentares, o que ficou popularmente conhecido como “mensalão do PT”, somado ao fato de que sua representante à frente do comando da nação, a presidente Dilma Rousseff, contava com uma popularidade extremamente baixa após ser reeleita no ano de 2014 por uma pequena margem de votos.

No ano de 2015, as reivindicações populares foram se alterando, não mais somente pelo aumento das passagens, mas contra o sistema político de uma maneira geral. Sobre isto, Quadros (2020:186) aponta que “longe de meramente protestar contra as condições do transporte público, essa massa heterogênea reivindicava mudanças estruturais em um sistema político-institucional por ela considerado apodrecido”. Os crimes de corrupção descobertos com a “Operação Lava-Jato” ganhavam cada vez mais espaço na imprensa de maneira geral e ajudavam a popularizar o sentimento de desordem moral generalizada no país, fortalecendo ainda mais a oposição ao governo federal, abrindo ainda mais espaço para grupos de direita e extrema direita. Neste sentido Quadros (2020) destaca que:

Por trazer à tona pautas anticorrupção e uma visível oposição ao PT que se enriquecia com *slogans* de repúdio à esquerda em geral, esse movimento foi o estopim para o despertar militante da nova direita, uma direita que não saía às ruas com tal intensidade desde a Marcha da Família, com Deus e pela liberdade, na distante década de 1960 (Quadros, 2020:186).

Outra afirmação neste mesmo sentido é a de Gohn (2019:142) quando a autora cita que “em 2015 altera-se o foco da demanda principal nas ruas – não mais a mobilidade urbana, mas o governo federal, pauta-se o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff como meta”. Adicionalmente, seguindo o mesmo entendimento, Gonçalves e Caldeira Neto (2020:184), destacam que “inicialmente, as pautas relacionadas com o aumento das passagens nas grandes cidades passaram a ter abordagens conservadoras e nacionalistas”.

O ambiente estava propício para o despertar dos partidos e grupos de direita, não mais aquela direita que deu suporte à ditadura militar, a qual os personagens políticos brasileiros

procuravam se apartar após a redemocratização, no entanto, como expõe Quadros (2020:179) “os novos tempos exigiam uma nova direita”. O autor ainda acrescenta que “esse movimento possui vetores, bastante marcantes”<sup>15</sup> (*op.cit*), quais sejam “a moral cristã: La Revanche de Dieu na política brasileira”, na qual o neopentecostalismo fragmentou a hegemonia religiosa da igreja católica na sociedade brasileira; “o antipetismo”, o qual possibilitou às direitas a representação da moral e da religião agregado ao anticomunismo, e o PT, naturalmente, passou a ser um inimigo; “Liberalismo econômico”: “menos Marx e mais Mises”, sobre o argumento de que o Estado “inchado” é ineficiente, tendo em vista que sufoca os cidadãos e os empresários com elevada carga tributária e ainda serve de palco para negócios espúrios e “cabides de emprego”. “A vontade de ordem” ganhou lugar na pauta desta “nova direita”, e, neste sentido, temas relacionados à segurança pública e à legislação – a necessidade de reformas do código penal, com a redução da maioria penal e a implantação da pena de morte, entre outros; a implementação da prisão após condenação em segunda instância e da Lei da ficha-limpa; as críticas aos Direitos Humanos por, de acordo com esta ideologia, protegerem “bandidos” em detrimento das “pessoas de bem” e “pais de família”, a utilização e empoderamento das Forças Armadas – demonstravam uma suposta aversão da sociedade à subversão da Lei, e, sendo assim, seria possível com estas pautas reestabelecer a ordem na sociedade, tal qual fora nos anos dos governos militares, segundo o “imaginário saudosista” de muitos daqueles que sequer viveram aqueles tempos. Deste modo, escancarava-se o caminho para o retorno do integralismo (a versão fascista brasileira), agora repaginado em sua versão ‘neointegralista’<sup>16</sup> (reunidos com monarquistas e neonazistas), e da ideologia centrada em Deus, Pátria e Família.

Assim como ocorreu nos Estados Unidos na ocasião da corrida eleitoral de 2016, os movimentos desta “nova direita” contaram com a internet e as redes sociais para a produção, divulgação e propagação de suas pautas em uma velocidade e alcance inimagináveis até então. A utilização das mídias digitais como o “*Whatsapp*” e o “*Youtube*”, – somada a um novo mercado editorial de autores liberal-conservadores e “intelectuais”, como Olavo de Carvalho – impulsionaram conteúdo político massivamente e foram centrais para o fortalecimento das pautas conservadoras como o antipetismo; a luta pela “liberdade” contra o comunismo; o nacionalismo, a moral cristã; a “ordem” da nação com mais rigor nos temas relacionados à segurança pública como a intervenção das Forças Armadas. Neste sentido, Quadros (2020) ressalta que:

---

<sup>15</sup> QUADROS (2020) expõe estes vetores de maneira detalhada. Ver páginas 180-205.

<sup>16</sup> Ver Gonçalves e Caldeira Neto. GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

Importando destacar o precursor papel desempenhado pelo escritor Olavo de Carvalho e seus milhares de alunos, formou-se o esqueleto (pelo menos o esqueleto) de uma cultura conservadora que ultrapassaria a consciência popular e fissuraria a narrativa progressista tão difundida desde a redemocratização (Quadros, 2020:210).

No ano de 2016, após intensa pressão de parte da população, e sob um pretexto qualquer, a presidente Dilma Rousseff, reeleita democraticamente em 2014, foi deposta pelo parlamento brasileiro através de um golpe institucional. Seu sucessor foi Michel Temer, eleito vice-presidente na mesma chapa partidária que elegeu Dilma em 2014. Tão logo assumiu o governo, Michel Temer intensificou as discussões sobre os projetos neoliberais que estavam no congresso brasileiro, e, neste sentido, em seu governo foi aprovada a “Reforma Trabalhista”, a qual retrocedeu no que concerne aos direitos dos trabalhadores e foi considerada perversa por muitos especialistas ao permitir, por exemplo, que gestantes trabalhassem em atividades e locais insalubres.

A esquerda, representada no poder pelo Partido dos Trabalhadores, sofreu um duplo revés: além do golpe na então presidente Dilma Rousseff em 2016, no ano de 2017, em decorrência da Operação Lava-Jato, o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) – figura política mais importante da esquerda brasileira – foi condenado em primeira instância pelo Juiz Sérgio Moro<sup>17</sup>, e, no ano seguinte, após condenação em segunda instância, Lula foi preso e se tornou inelegível para o sufrágio daquele ano. Neste sentido, Saad filho e Moraes (2018) apontam que:

A derrota do PT e a derrubada de Dilma Rousseff foram parte de um amplo deslocamento do centro de gravidade político no Brasil para cima (na pirâmide social) e para direita (no espectro político). Com isso, criou-se um movimento de massas de extrema direita com ampla penetração na sociedade pela primeira vez em mais de meio século (Saad Filho e Moraes, 2018:265).

Diante deste cenário o caminho estava livre para a extrema direita, tanto no campo ideológico para impor a pauta liberal-conservadora – liberal na economia e conservadora “nos costumes”, como Quadros (2020:180) intitula de “Moral cristã: La Revanche de Dieu na política brasileira” e, neste sentido, contrários às pautas consideradas progressistas, como o aborto, a legalização do uso social da maconha, o feminismo, as discussões sobre o racismo estrutural e as violências sofridas de diversas formas pelas minorias – “em nome de Deus, da pátria e da

---

<sup>17</sup> O Juiz Sérgio Moro esteve à frente das principais condenações em primeira instância no âmbito da Operação Lava jato em Curitiba. Dado o sentimento anticorrupção pelo qual a sociedade brasileira experimentava, Sérgio Moro tornou-se popular em várias esferas, não só a judiciária. Passou a ser considerado um “herói” para grande parte dos brasileiros, o que o transformou em um personagem político. Diante deste cenário, optou por abandonar a carreira de Juiz e entrou para a política ao ser nomeado, em 2019, Ministro da Justiça e Segurança Pública no Governo de Jair Bolsonaro. No ano de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) anulou diversas condenações proferidas pelo então Juiz Moro, inclusive aquelas aplicadas ao ex-presidente Lula. Sérgio Moro foi considerado parcial e várias de suas decisões foram consideradas nulas, o que tornou o ex-presidente Lula elegível novamente.

família”, quanto no campo político com o enfraquecimento da esquerda. Neste cenário, ocorreu o processo eleitoral para a Presidente da República no ano de 2018, o qual foi extremamente polarizado entre o candidato de esquerda Fernando Haddad, do PT, e o até então candidato de extrema direita, Jair Bolsonaro.

Oficial da reserva do Exército brasileiro com a patente de Capitão, Deputado Federal pelo Rio de Janeiro por vários mandatos, os quais não foram relevantes no que diz respeito a aprovação de projetos autorais, Jair Messias Bolsonaro soube agrupar as pautas de reivindicação dos protestos dos anos anteriores em torno de sua candidatura à Presidência da República. Considerado um *outsider* na corrida eleitoral de 2018, Bolsonaro apropriou-se de discursos populistas de direita e conseguiu destacar-se, assumindo o papel de representante daquela parcela da população que estava nas ruas pedindo mudança na sociedade brasileira. Aliás, neste sentido, Quadros (2020) discorre que:

Integrante do “baixo clero” da câmara dos Deputados, polemista imoderado, candidato sem um partido forte que lhe oferecesse lugar, criticado pelo grosso *mainstream* midiático, Bolsonaro, para muitos “o improvável” parece ter sabido decifrar os sinais. Soube ocupar o vazio político causado por três décadas de inação da “direita envergonhada” em um país dotado de uma população que, pelo menos em parte, pensava e se comportava como direitistas (Quadros, 2020:210).

Assim como ocorrera nos Estados Unidos com Donald Trump, Jair Bolsonaro conseguiu construir uma imagem de político “antissistema”, de algo novo, um *outsider*, diferente dos anteriores responsáveis pelo caos econômico, social e moral do Brasil; de ser um patriota, homem do povo, único capaz de representar uma ruptura com a “velha política” instaurada no país. Utilizando uma linguagem direta, sem discursos prontos, fugindo das mídias tradicionais para alcançar os eleitores – novamente vale destacar o papel central das mídias digitais como o *Whatsapp* e o *Youtube* – a direita chegou ao poder no Brasil com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Sobre isto, Quadros (2020) explica que:

Já em plena campanha de 2018, Bolsonaro deu vazão à crença de que com ele emergiria um autêntico *outsider*, um antissistema, um personagem alheio à política carcomida que viria para depurá-la e para devolver o Estado ao Brasil profundo. Assim, tornam-se explicáveis alguns de seus *slogans* de maior apelo: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todas”, “Menos Brasília e mais Brasil”. A sua comunicação simples e direta, sempre canalizada à margem das mídias tradicionais, insulta os valores progressistas e liberal-burgueses, alimentando um conservadorismo popular que em muitos sentidos foi além dos métodos empregados pela nova direita europeia e pelo trumpismo. Um populismo *hard*, que se diz opositor a todo o “sistema”, do *modus operandi* do “presidencialismo de coalizão”, ao protagonismo do Supremo Tribunal Federal, do poderio da imprensa representada pelo Grupo Globo ao estamento burocrático (homenageemos Raymundo Faoro) [...] Conferiu credibilidade à sua imagem de homem modesto, do povo, que falaria diretamente a esse mesmo povo, desafiando o *status quo* e as estruturas político-institucionais a partir de uma rebeldia de reação, não da revolução (aí, sim, de modo idêntico à Europa e aos EUA). Uma nova “modernização conservadora” e populista (Quadros, 2020:213).

Com o início do mandato de Bolsonaro em 2019, a política econômica brasileira foi entregue ao Ministro da Economia Paulo Guedes. Representante da Escola de Chicago, Guedes participou da política econômica implementada no Chile, na década de 1980, na ditadura comandada por Augusto Pinochet, quando assumiu a posição de docente na Universidade do Chile, sob intervenção militar. Desta forma, o neoliberalismo segue ditando as regras no Brasil, somado, agora, ao autoritarismo da extrema direita, com frequentes ameaças ao Estado democrático de direito. Neste sentido, Fassin (2019: 87) afirma que “no Brasil de hoje, o populismo de extrema direita é de fato o braço armado do neoliberalismo”.

Se no campo econômico a pauta neoliberal segue aplicando seu receituário de reformas (como foi a reforma da previdência de 2019) e privatizações no Brasil, no campo político não houve nenhum tipo de ruptura com a “velha política”, ao contrário, o “presidencialismo de coalizão” segue como em governos anteriores, enquanto no campo social, além dos já conhecidos efeitos adversos provocados pelo neoliberalismo, verifica-se o enfraquecimento das políticas públicas voltadas para “as minorias” (negros; mulheres; indígenas; LGBTQIA+, dentre outros) e incentivo aos discursos de ódio contra esses grupos, somado ao triste fato de a sociedade brasileira está devastada pelos efeitos da pandemia da Covid-19, ao mesmo tempo em que o governo de Jair Bolsonaro recebe duras críticas, de diversos setores, por conta da gestão (ou falta dela) no enfrentamento desta pandemia que já vitimou mais de meio milhão de pessoas em solo brasileiro.<sup>18</sup>

261

### **Acontecimentos em El Salvador de Nayib Bukele**

Assim como nos Estados Unidos em 2016 e no Brasil em 2018, a “onda” populista de direita também chegou à América Central com a eleição de Nayib Bukele, em El Salvador no ano de 2019. Com uma campanha prioritariamente pelas redes sociais, Bukele, que cresceu em uma família ligada à publicidade política, soube canalizar em torno de si o inconformismo do eleitorado com a política tradicional. Quanto a isso, Tobar (2020) explica que:

A chegada de Nayib Bukele à presidência se caracterizou por uma campanha intensiva no uso dos meios digitais, a construção de uma narrativa de antipolítica que o diferenciava dos partidos tradicionais e o uso de estratégias polêmicas para a inscrição de sua candidatura (Tobar, 2020:72, tradução nossa).<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> De acordo com o levantamento do Consórcio de Veículos de Imprensa, com dados das Secretarias Estaduais de Saúde. Disponível em <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/07/15/brasil-registra-mais-de-539-mil-mortes-de-covid-na-pandemia-em-queda-media-movel-e-a-mais-baixa-desde-1o-de-marco.ghtml>

<sup>19</sup> No original: La llegada de Nayib Bukele a la presidencia se caracterizó por una campaña intensiva en el uso de medios digitales, la construcción de una narrativa de antipolítica que lo diferenciaba de los partidos tradicionales y el uso de estrategias polémicas para la inscripción de su candidatura.

Após doze anos de uma intensa guerra civil (1980 – 1992) o país foi governado por quase trinta anos alternando entre dois partidos, a Aliança Republicana Nacionalista (ARENA), de direita, de 1989 a 2009, e a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), de esquerda, de 2009 a 2019. A corrupção marcou a recente história política de El Salvador, “dos quatro últimos presidentes, três estiveram ou estão atualmente processados por casos de corrupção” (Zemmouche, 2021:2, tradução nossa)<sup>20</sup>.

Como no caso do Brasil na ocasião da corrida eleitoral do ano de 2018, pautas anticorrupção e antissistema conseguiam angariar votos, e, neste sentido, Bukele soube apresentar-se como aquele que salvaria o povo das décadas de corrupção dos governos anteriores. Nesta mesma direção, Tobar (2020:72) cita que “um elemento importante durante a disputa foi a exposição de casos de corrupção, que envolviam líderes políticos dos partidos majoritários, situação que reforçou a narrativa messiânica do aspirante a presidência”.<sup>21</sup>

Após romper com seu antigo partido (FMLN), no qual havia sido eleito prefeito em duas cidades, Bukele fundou o partido *Nuevas Ideas* no ano de 2018, entretanto, como não houve tempo hábil para candidatar-se por seu próprio partido, Bukele conseguiu candidatar-se à presidente obtendo o registro pelo Partido Grande Aliança pela Unidade Nacional (GAN), através do qual foi eleito, em primeiro turno, com 53,79%.

Vale destacar que, embora tenha histórico político como prefeito das cidades de *Nuevo Cuscatlán* e *San Salvador*, a capital, pelo partido FMLN, de esquerda, citaremos algumas decisões tomadas pelo governo de Bukele enquanto presidente, já em seu novo partido (*Nuevas Ideas*), que o aproximam do populismo de direita, não obstante se apresente como “um político do século XXI”, sem ideologias (direita ou esquerda), apontadas por ele como algo do século passado.

Bukele, assumidamente um admirador de Donald Trump, tão logo chegou ao poder e rompeu o alinhamento com a Venezuela, algo que ocorria com os dois presidentes anteriores, da FMLN. Visando fortalecer as forças de segurança em um país com altos índices de homicídios e forte presença do crime organizado – gangues organizadas, com origem nas guerrilhas – Bukele implementou o chamado “Plano de Controle Territorial” ao colocar o Exército para atuar nas ruas juntamente com as forças policiais, somada a ampliação das forças de segurança nas fronteiras do país, em uma tentativa de conter a migração ilegal de salvadorenhos,

---

<sup>20</sup> No original: De los cuatro últimos presidentes, tres han estado o están actualmente procesados por casos de corrupción.

<sup>21</sup> No original: Un elemento importante durante la contienda fue la exposición de casos de corrupción, que involucraban a líderes políticos de los partidos mayoritarios, situación que reforzó la narrativa mesiánica del aspirante a la presidencia.



principalmente para os Estados Unidos, os quais buscam fugir da pobreza e violência em seu país.

Em fevereiro de 2020, Bukele invadiu o congresso salvadorenho juntamente com as Forças Armadas e policiais – uma clara demonstração de desrespeito à constituição e ao Estado democrático de direito – na tentativa de pressionar os parlamentares a aprovarem um empréstimo de US\$ 109 milhões para implementar seus programas de segurança pública, na ocasião alegou possuir um “Direito Divino”. Sobre este episódio, Tobar (2020) destaca que além da pressão política através das forças armadas, representou uma ameaça a uma das principais conquistas do Acordo de Paz que pôs fim a mais de doze anos de guerra civil. A autora menciona que:

Em 9 de fevereiro de 2020, o presidente Bukele invadiu a Assembleia Legislativa, acompanhado das forças de segurança – Força Armada de El Salvador (FAES) e da Polícia Nacional Civil -, como medida de pressão para acelerar a aprovação de um empréstimo destinado a financiar o Plano de Controle Territorial, sua aposta mais importante em matéria de segurança [...] A manutenção da subordinação da FAES ao poder civil é uma das principais conquistas do Acordo de Paz, de modo que o apoio militar para a usurpação legislativa abre um precedente negativo em relação ao abuso da força como estratégia de pressão política (Tobar, 2020:75, tradução nossa).<sup>22</sup>

Outra característica muito semelhante à de outros líderes populistas, como nos casos de Donald Trump e Jair Bolsonaro, é a utilização das redes sociais como ferramentas de produção e disseminação de conteúdo político. Usuário assíduo das redes sociais – as quais tiveram papel central em sua eleição – Bukele apropriou-se de discursos populistas ao afirmar falar em nome do povo, da população prejudicada por séculos de corrupção e pelas injustiças sociais provocadas pela união dos corruptos com o capitalismo neoliberal, conseguindo, desta forma, atrair grande parte do eleitorado salvadorenho. Nayib Bukele acredita ainda ser possível governar através do telefone e manter-se ligado à sua base eleitoral através dele, representando-os, em uma espécie de telecracia moderna. Neste sentido, Zemmouche (2021) cita que:

Governando no Twitter, as primeiras medidas do Bukele presidente não demoraram a chegar e cumpriam com sua promessa fundamental. Através de uma grande quantidade de mensagens na rede social, revelou todos os numerosos casos de nepotismo “dos mesmo de sempre” vigentes na administração salvadorenha (Zemmouche, 2021:2, tradução nossa).<sup>23</sup>

Pelas redes sociais Bukele emite ordens aos ministérios, realiza demissões, evidencia as medidas que terão impacto positivo em sua popularidade e propaga discursos de ódio. Sobre este

<sup>22</sup> No original: El 9 de febrero de 2020, el presidente Bukele irrumpió en la Asamblea Legislativa, acompañado de las fuerzas de seguridad – Fuerza Armada de El Salvador (FAES) y la policía Nacional Civil -, como medida de presión para acelerar la aprobación de un préstamo destinado a financiar el Plan Control Territorial, su apuesta más importante en materia de seguridad [...] El mantenimiento de la subordinación de la FAES al poder civil es uno de los principales logros de Acuerdo de Paz, por lo que el apoyo militar para la usurpación legislativa sienta un precedente negativo en cuanto al abuso de la fuerza como estrategia de presión política.

<sup>23</sup> No original: Gobernando en Twitter, las primeras medidas del Bukele presidente no tardaron en llegar y cumplían con su promesa fundamental. A través de una gran cantidad de mensajes en la red social, reveló todos los numerosos casos de nepotismo de “los mismos de siempre” vigentes en la administración salvadoreña.



último, Gavarrete (2021:n.p) relata que “a campanha de ódio do presidente já se transformou em política governamental [...] O presidente Bukele encontrou no *Twitter* um nicho que seguirá explorando até aonde a rede social permitir”. Ao falar sobre as demissões via *Twitter*, o cientista político Rafael Molina, em entrevista ao jornal *El País*<sup>24</sup>, afirmou que:

O que ele está fazendo é um ato de transparência populista que faz com que pareça um justiceiro que vela pelo povo, mas que na realidade está violando o Estado de Direito, o ordenamento jurídico e os mecanismos de desligamento de cada instituição.

As eleições legislativas do ano de 2021, conferiram a Bukele uma vitória sem precedentes na história democrática de El Salvador, quando os partidos de direita Gana (pelo qual foi eleito) e o seu partido *Nuevas Ideas* conseguiram maioria absoluta no parlamento salvadorenho, e, desta forma, ampliando ainda mais seu poder político. Sobre este fato, Zemmouche (2021) aponta que:

São muitas as ameaças que podem surgir para a democracia salvadorenha com a maioria de *Nuevas Ideas* no órgão legislativo. Todas as ameaças se concentram ao redor da tentação autoritária de Bukele, que sonha em ter um poder absoluto. Neste contexto, já não vai estar muito longe de tê-lo (Zemmouche, 2021:10, tradução nossa).<sup>25</sup>

No campo econômico, em junho de 2021, Bukele anunciou em uma conferência em Miami, nos Estados Unidos, que El Salvador será o primeiro país do mundo adotar uma criptomoeda como moeda oficial, o *Bitcoin*. Embora, no mundo todo esteja aumentando os crimes cibernéticos envolvendo as criptomoedas<sup>26</sup>, o parlamento salvadorenho, controlado pelo partido de Bukele, aprovou rapidamente o projeto. Sobre as criptomoedas, Jackson Palmer, um dos criadores da *Dogcoin*, uma das maiores do mundo, afirma que<sup>27</sup>:

Criptomoeda é como pegar as piores partes do sistema capitalista de hoje (por exemplo, corrupção, fraude, desigualdade) e usar um software para limitar tecnicamente o uso de intervenções (por exemplo, auditorias, regulamentação, tributação) que servem como proteções ou rede de segurança para a pessoa média.

Neste sentido, Palmer ainda ressalta que:

Acho que as criptomoedas são uma tecnologia hipercapitalista inerentemente de direita, construída principalmente para amplificar a riqueza de seus proponentes por meio de uma combinação de evasão fiscal, supervisão regulatória reduzida e escassez artificialmente aplicada.

<sup>24</sup> Disponível em <https://veja.abril.com.br/blog/mundialista/populista-que-deu-certo-o-fenomeno-do-politico-com-90-de-aprovacao/>. Acesso em 19 jul. 2021.

<sup>25</sup> No original: Son muchas las amenazas que pueden surgir para la democracia salvadoreña con la mayoría de Nuevas Ideas en el órgano legislativo. Todas las amenazas se concentran alrededor de la tentación autoritaria de Bukele, que sueña con tener un poder absoluto. En este contexto, ya no va a estar muy lejos de tenerlo.

<sup>26</sup> Ver análise de especialistas. Disponível em <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-06-13/o-preco-que-o-presidente-de-el-salvador-esta-disposto-a-pagar-para-bitcoinizar-o-pais.html>

<sup>27</sup> Jackson Palmer fez uma série de afirmações a respeito das criptomoedas utilizando a rede social *Twitter*, as quais foram destacadas pelos veículos de imprensa e aqui reproduzidas.

Apesar de Nayib Bukele afirmar não ser de direita e nem de esquerda – embora seu partido *Nuevas Ideas* seja de direita, sob a bandeira liberal-conservadora – os acontecimentos em El Salvador demonstram como o projeto neoliberal, somado ao populismo autoritário de direita, governa naquele país. Assim, como afirma Fassin (2019:87) que “no Brasil de hoje, o populismo de extrema direita é de fato o braço armado do neoliberalismo”, podemos ampliar esta afirmação a outro país das américas, El Salvador, após a eleição de Nayib Bukele.

### Considerações finais

Embora teoricamente o neoliberalismo preconize as liberdades individuais, na prática, o autoritarismo já estava presente neste projeto desde sua implementação através de uma ditadura militar no Chile, bem como em tempos mais recentes através de políticos como Trump, Bolsonaro e Bukele. Busquei demonstrar que o receituário neoliberal provoca reações adversas na sociedade, ao passo que os movimentos democráticos de protestos também são reações adversas para o neoliberalismo, destacando como a crise de 2008 desencadeou uma onda global de contestações, abalando o projeto neoliberal. Evidenciei a chegada ao poder de líderes nas Américas (Norte, Sul e Central), exemplificando as eleições de Donald Trump nos Estados Unidos, Jair Bolsonaro no Brasil e Nayib Bukele em El Salvador, destacando a apropriação de discursos populistas por estes personagens. Embora, como explica Judis<sup>28</sup> (2016:n.p. *apud* Fassin, 2019:21) “as pessoas e os partidos que chamamos ‘populistas’ possuem semelhanças, sem, entretanto, haver um conjunto de características que sejam compartilhadas por todos com exclusividade”, busquei ressaltar que o autoritarismo neoliberal; a tentativa de se mostrarem como representantes do povo na luta contra o sistema; a utilização massiva da internet e redes sociais; as tentativas de rebaixarem a democracia; são exemplos de semelhanças entre estes personagens, que nada mais são do que políticos representantes do neoliberalismo financeiro a serviço dos interesses da classe capitalistas.

Embora tenham conseguido ascender ao poder com discursos salvacionistas na forma de um populismo de direita, apresentando-se como representantes “do povo”, o qual exigia mudanças devido aos efeitos do neoliberalismo, o projeto hegemônico neoliberal continua ditando as regras do jogo, cada vez mais acompanhado de autoritarismo, personificado em políticos como Trump, Bolsonaro e Bukele.

---

<sup>28</sup> JUDIS, John B. “Introduction”. *The populist explosion: how the Great Recession transformed American and European politics*. New York: Columbia Global Reports, 2016.

## Referências

- BBC NEWS BRASIL (2020), *Exército invade Congresso de El Salvador: os motivos da tensão entre o presidente e o Parlamento*. [Consult. 17-07-2021]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51442409>
- BROWN, Wendy (2019), *Nas ruínas do neoliberalismo*. São Paulo, Politéia.
- CASARA, Rubens (2020), *Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- COTA, Isabella; ARROYO, Lorena (2021), *O preço que o presidente de El Salvador está disposto a pagar para “bitcoinizar” o país*. [Consult. 18-07-2021]. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-06-13/o-preco-que-o-presidente-de-el-salvador-esta-disposto-a-pagar-para-bitcoinizar-o-pais.html>
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian (2016), *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo.
- DERVICHE, Andre (2021), *Professora da USP analisa atuação do presidente salvadorenho Nayib Bukele* [Consult. 16-07-2021]. Disponível em <https://jornal.usp.br/atualidades/professora-da-usp-analisa-atuacao-do-presidente-salvadorenho-nayib-bukele/>
- EXAME (2021), *O millennial que lidera a “máfia digital” em El Salvador* [Consult. 19-07-2021]. Disponível em <https://exame.com/mundo/o-millennial-que-lidera-a-mafia-digital-em-el-salvador/>
- FASSIN, Éric (2019), *Populismo e ressentimento em tempos neoliberais*. Rio de Janeiro, EdUERJ.
- FRASER, Nancy (2021), *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo, Autonomia Literária.
- FRIEDMAN, Milton (2015), *Capitalismo e liberdade* [Consult. 29-05-2021]. Disponível em: <https://lelivros.love/book/baixar-livro-capitalismo-e-liberdade-milton-friedman-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online>
- GARCÍA, Jacobo (2021). *Nayib Bukele consolida seu poder com uma vitória sem precedentes na eleição legislativa de El Salvador* [Consult. 16-07-2021]. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-03-01/nayib-bukele-consolida-seu-poder-com-uma-vitoria-sem-precedentes-na-eleicao-legislativa-de-el-salvador.html>
- GAVARRETE, Julia (2021), “El Salvador: ódio, asesinatos y... elecciones”. *Revista Nueva Sociedad*, n.p [Consul. 05-01-2022]. Disponível em <https://nuso.org/articulo/odio-asesinatos-y-elecciones-en-el-salvador/>
- GOHN, Maria da G. (2019), *Participação e democracia no Brasil*. Petrópolis (RJ), Vozes.
- GONÇALVES, Leandro P.; CALDEIRA NETO, Odilon (2020), *O fascismo em camisas verdes: Do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro, FGV.
- GOULART, Josette (2010), *Criptomoeda é hipercapitalista e de direita, diz criador da dogecoin* [Consult. 18-07-2021]. Disponível em <https://veja.abril.com.br/blog/radar-economico/criptomoeda-e-hipercapitalista-e-de-direita-diz-criador-da-dogecoin>

- GRYZINSKI, Vilma (2021), *Populista que deu certo: o fenômeno do político com 90% de aprovação* [Consult.15-07-2021]. Disponível em <https://veja.abril.com.br/blog/mundialista/populista-que-deu-certo-o-fenomeno-do-politico-com-90-de-aprovacao>
- HARVEY, David (2008), *O neoliberalismo história e implicações*. São Paulo, Edições Loyola.
- HAYEK, Friedrich August Von (1990), *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro, Instituto Liberal.
- LACLAU, Ernesto (2013), *A razão populista*. São Paulo, Três Estrelas.
- MALDONADO, Carlos Salinas; GARCÍA, Jacobo (2020). *Presidente de El Salvador invade o Congresso com militares e alega “direito divino”* [Consult. 17-07-2021]. Disponível em <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-02-10/presidente-de-el-salvador-invade-o-congresso-com-militares-amparado-por-direito-divino.html>
- MARQUES, Victor (2021), “*O velho está morrendo e o novo sempre vem*”, in N. Fraser. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo, Autonomia Literária, pp. 7-32.
- MISES, Ludwig von (2010), *Liberalismo – segundo a tradição clássica*. São Paulo, Instituto Ludwig von Mises.
- MOUFFE, Chantal (2019), *Por um populismo de esquerda*. São Paulo, Autonomia Literária.
- O GLOBO (2021), *Com vitória sem precedentes de seu partido, Nayib Bukele consolida poder em El Salvador* [Consult. 17-07-2021]. Disponível em <https://oglobo.globo.com/mundo/com-vitoria-sem-precedentes-de-seu-partido-nayib-bukele-consolida-poder-em-el-salvador-24904222>
- QUADROS, Marcos P. dos R (2020), *O que há de novo na nova direita? Identitarismo europeu, trumpismo e bolsonarismo*. Porto Alegre, PUC/RS.
- RUBINSTEINN, Gabriel (2021). *Criador da dogecoin abandona criptomoedas: “Hipercapitalistas de direita”* [Consult. 18-07-2021]. Disponível <https://exame.com/future-of-money/criptoativos/criador-da-dogecoin-abandona-criptomoedas-hipercapitalistas-de-direita>
- SAAD Filho, Alfredo (2015), “Neoliberalismo: uma análise marxista”. *Revista Marx e o Marxismo*, v.3, n. 4, pp. 58-72 [Consult. 09-01-2022]. Disponível em <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/96/87>
- SAAD Filho, Alfredo; MORAIS, Lecio (2018), *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo, Boitempo.
- TOBAR, Monica (2020), “Gobernabilidad en tiempos de crisis: la relación entre el Ejecutivo y el Legislativo en la gestión del presidente Nayib Bukele”. *Reflexión política*, v. 22, n. 45, pp. 70-79 [Consult. 04-01-2022]. Disponível em <https://revistas.unab.edu.co/index.php/reflexion/article/view/3919>
- ZEMMOUCHE, Florent (2021), “Elecciones legislativas y municipales en El Salvador: una victoria central para Nayib Bukele”. *Análisis Carolina*, 081, pp. 1-15 [Consult. 28-12-2021]. Disponível em <https://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2021/03/AC-8.-2021.pdf>

---

### Abstract

---

This essay seeks to highlight how authoritarianism is “hand in hand” with neoliberalism with the aim of lowering democracy. In this sense, it intends to establish a relationship between the coming to power of right-wing leaders in the Americas through the appropriation of populist discourses as a tool to engage voters, who, eager for change, come to trust salvationist rhetoric as a result of the effects of neoliberalism. Therefore, we sought to highlight the election of Donald Trump, Jair Bolsonaro and Nayib Bukele, pointing out similarities between these characters, such as the salvationist discourses presenting them as anti-system and representatives of the people against the “old politics” and “the enemies of the nation”; the massive use of social networks; the combination of neoliberalism and authoritarianism, which so weakens social policies and democracy.

Keywords: Neoliberalism; authoritarianism; democracy; populism.

---

### Resumen

---

Este ensayo busca resaltar cómo el autoritarismo va “de la mano” del neoliberalismo con el objetivo de rebajar la democracia. En este sentido, se pretende establecer una relación entre la llegada al poder de líderes de derecha en las Américas a través de la apropiación de discursos populistas como herramienta para involucrar a los votantes, quienes, ávidos de cambio, pasan a confiar en la retórica salvacionista como resultado de los efectos del neoliberalismo. Por ello, buscamos resaltar la elección de Donald Trump, Jair Bolsonaro y Nayib Bukele, señalando similitudes entre estos personajes, como los discursos salvacionistas presentándolos como antisistema y representantes del pueblo frente a la “vieja política” y “los enemigos de la nación”; el uso masivo de las redes sociales; la combinación de neoliberalismo y autoritarismo, que tanto debilita las políticas sociales y la democracia.

Palabras Clave: Neoliberalismo; autoritarismo; democracia; populismo.

---